

Regap avança na exigência de plano de saúde nos contratos



Segundo informações da gestão da Regap, a maior parte dos novos contratos com as prestadoras de serviços da refinaria já incluem a exigência de plano de saúde e odontológico para os trabalhadores contratados e seus dependentes. Essa é uma pauta histórica dos trabalhadores que avança e merece ser celebrada como uma vitória.

A exigência de plano de saúde para os trabalhadores contratados nos contratos da Petrobrás foi uma pauta conquistada pela FUP e seus sindicatos, durante o Governo Lula, em 2004, mas perdida no Governo Temer. A demanda foi novamente negociada pelas entidades sindicais, em Grupo de Trabalho dedicado

à terceirização, e garantida no Acordo Coletivo de Trabalho da categoria petroleira.

Em diversas reuniões nas unidades da Petrobrás em Minas, o Sindipetro/MG vem cobrando a efetivação dessa conquista, não só para os novos contratos como para todos os trabalhadores contratados e seus familiares. A expectativa é que a conquista seja efetivada em todas as unidades.

Atualmente, as trabalhadoras e trabalhadores contratados representam a maior força de trabalho do sistema Petrobrás. No entanto, recebem tratamento diferenciado em relação aos empregados próprios e são frequentemente vítimas de atrasos no pagamento de salários

e falta de pagamento de verbas rescisórias.

Semanalmente, o Sindipetro/MG recebe algum tipo de denúncia que demonstra a precarização das relações de trabalho dos contratados. Entre elas, a falta de isonomia no transporte de turno e até desconto no valor do vale alimentação dos dias em que os trabalhadores se ausentaram, mesmo sendo justificado com atestado médico. Esse último caso ocorreu na empresa Martins com trabalhadores que atuam na Regap.

No ano passado, o sindicato acionou o MPTE, encaminhando uma série de denúncias contra empresas terceirizadas e cobrando da Petrobrás a exigência nos contratos com as empresas terceirizadas de

plano de saúde e odontológico aos trabalhadores e dependentes. A gestão da Regap se comprometeu com o MPTE a participar de uma comissão tripartite para acompanhar a situação dos contratados quanto aos descumprimentos trabalhistas, calote e também melhorias das condições de trabalho.

“Comemoramos os avanços quanto ao andamento da demanda sobre o plano de saúde dos contratados, que é fruto de uma luta histórica. E, nas próximas reuniões com o RH e a gestão da empresa, vamos continuar cobrando a solução de todas as questões que envolvem os contratados na Petrobrás em Minas”, afirma Guilherme Alves, coordenador-geral do Sindipetro/MG.

Implementação do VA/VR está prevista para 1º de maio



Finalmente foi assinado o ACT que garante a implementação do VA/VR na Regap. O documento foi assinado pelo coordenador-geral do Sindipetro/MG, Guilherme Alves, e pelo gerente-geral da Regap, Edimilson Ferreira, na refinaria, no dia 31 de janeiro.

O Sindipetro/MG pressionava a empresa pela assinatura do ACT desde novembro de 2024, quando foram concluídas as assembleias da categoria que aprovaram a minuta apresentada pela empresa com as regras sobre a implementação do VA/VR. A validade do ACT é de dois anos.

Agora, a unidade deverá passar por uma série de adequações para viabilizar o benefício, cuja previsão de implementação é a partir de 1º de maio de 2025. A empresa informou que o pri-

meiro crédito será feito em abril, conforme o cronograma da folha de pagamentos.

Guilherme Alves frisou que a conquista do VA/VR envolveu um longo processo de discussão com a categoria em seminário e assembleias realizadas pelo Sindicato, para esclarecimentos e votação da proposta de acordo. Assim como demandou inúmeras reuniões com a empresa, com negociações e cobrança de agilidade no processo de implementação que envolve várias adequações, tanto por parte da empresa como dos empregados. “Com o VA/VR haverá uma mudança no paradigma sobre a alimentação na refinaria. Estaremos atentos para que o acordo seja cumprido e os direitos da categoria sejam respeitados”, afirmou.

Categoria se une em defesa do teletrabalho

No dia 3 de fevereiro, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) se reuniram e acertaram a construção de um calendário conjunto de mobilizações em defesa de regras justas e transparentes no teletrabalho no Sistema Petrobras. O objetivo é construir um dia nacional de luta da campanha que tem como slogan “Nem um passo atrás”.

As mobilizações estão previstas para os prédios administrativos da Petrobrás. Em Minas, o Sindipetro/MG tem realizado reuniões setorializadas com os trabalhadores e trabalhadoras em regime de teletrabalho.

No dia 4/02, os petroleiros do administrativo da Torre de Pituba, na Bahia, fizeram uma paralisação, com manifestação contra o autoritarismo da empresa. No início do ano, a Petrobrás decidiu, de maneira unilateral, alterar o regime de teletrabalho exigindo mais um dia presencial por semana.

O diretor do Sindipe-

tro Bahia e vice-presidente da CUT-BA, Luciomar Machado, discursou em defesa do teletrabalho, afirmando que o regime “não significa menos trabalho, significa mais produtividade e também mais qualidade de vida”. Ele destacou que “os trabalhadores e as trabalhadoras podem organizar melhor sua vida, seu tempo com a família, uma ida ao médico ou a outros profissionais de saúde. A tecnologia está avançando e precisamos também avançar no debate sobre os regimes e as jornadas de trabalho”, defendeu.

A próxima reunião das entidades sindicais com a Petrobrás para discutir o assunto será no dia 7 de fevereiro, na sede da empresa no Rio de Janeiro. A reunião estava prevista para acontecer no dia 30 de janeiro, mas foi cancelada de forma truculenta pela empresa, enquanto acontecia um ato das trabalhadoras e trabalhadores do administrativo, na porta do Edisen. A categoria exige diálogo sobre as regras do teletrabalho e não aceita retrocessos.